

# Centrão oferece liderança do grupo a Passarinho para controlar divisões

Da Sucursal de Brasília

Morreira Mariz - 23.nov.87

O Centrão está a procura de um líder e o presidente nacional do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA), pode ocupar o cargo, se quiser. Nos três últimos dias, os deputados Ricardo Fiuza (PFL-PE) e Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA), líderes do grupo, sondaram o senador em demoradas conversas.



Uma definição poderá surgir na próxima semana com a aproximação de Passarinho às reuniões do grupo.

Por ter fragmentado seu poder de articulação e de negociação entre vários coordenadores, o Centrão está com dificuldades concretas. Passarinho traria "respeitabilidade" e coesão ao grupo, evitando ataques de "estrelismo" em vários coordenadores que correm para as luzes das emissoras de TV. Embora o grupo se orgulhe de não ter líderes, a hipótese de um comando unificado foi estudada pormenorizadamente quando de sua criação. Outro fator que move a sondagem a Passarinho — que, apesar de apoiar um mandato de cinco anos para Sarney, mantém uma posição afastada do governo — é que isso serviria para diminuir o descontentamento dos parlamentares do Centrão que não aprovam o apoio declarado dos deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e José Lourenço (PFL-BA) a Sarney.

A derrota do Centrão na primeira votação do preâmbulo da nova Constituição agravou um desentendimento entre os coordenadores. Três deputados — Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), José Lourenço (PFL-BA) e Amaral Netto (PDS-RJ) — são os "desafetos" do grupo. Mesmo a



O senador Jarbas Passarinho, que pode assumir a liderança do Centrão

contragosto de alguns coordenadores, os três deputados integram a "comissão de negociação" do Centrão. Anteontem, Cardoso Alves foi o responsável direto por iniciar e acabar em 15 minutos uma reunião com a "esquerda", que pretendia procurar uma fórmula alternativa à

estabilidade no emprego aprovada pela Comissão de Sistematização.

Os coordenadores do Centrão sabem, porém, que estes "desafetos" detêm uma parcela dos votos do plenário do Congresso constituinte que não pode ser desprezada. O

## Quem é Passarinho

Do enviado especial a Brasília

Jarbas Gonçalves Passarinho, 68, ainda era com justa razão chamado de coronel ao ocupar o Ministério do Trabalho no governo Costa e Silva, e o da Educação no governo Emílio Médici. Ao mesmo tempo militar da reserva e político — fora eleito para o Senado em 1966 pelo Pará, Estado que governara logo após 1964 como uma espécie de interventor federal, avalizado pela Assembleia Legislativa —, cabia-lhe perfeitamente, na época, a qualificação de "anfíbio".

Aliado à oficialidade conservadora, conspirou pela queda de João Goulart como chefe do Estado-Maior do Comando Militar da Amazônia. Esteve longe de ser um liberal como ministro. Reeleito senador em 1974, foi líder do governo Geisel e a seguir presidente do Senado. Durante o governo Figueiredo, apoiou a anistia.

Não eleito para o Senado em 1982, pendurou provisoriamente as chuteiras. Voltou ao Congresso com 336 mil votos em 1986. Hoje, transformado num político integral, com jogo de cintura suficiente para ter sido saudado por seus adversários do PT ao ser indicado como um dos vice-presidentes da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, Passarinho é o presidente nacional do PDS. Confortavelmente instalado na oposição à "Nova República", o senador continua sendo um amigo pessoal do presidente José Sarney. (JBN)

# Acordo pode definir proposta para estabilidade

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

Um acordo era ontem esboçado entre dirigentes do Centrão e seus adversários no Congresso constituinte, para que a mais polêmica das questões em pauta — envolvendo garantias aos assalariados contra a dispensa imotivada — chegue a partir da semana que vem, ao plenário, com probabilidade de rápida aprovação.

A fórmula, ainda não definida totalmente, e sem que de sua elaboração participem o PT e os dois PCs, consiste em dividir a normalização da matéria nas duas partes do texto constitucional. Assim as disposições permanentes trariam uma redação o bastante vaga para exigir, no futuro, sua regulamentação por lei complementar. Antes que isso ocorra, e essa é a novidade, as disposições provisórias da Constituição trariam mecanismos de indenização aos trabalhadores dispensados.

Concretamente, o assunto foi ontem discutido no gabinete do senador Virgílio Távora (PDS-CE), em presença de representantes, como ele, do "Grupo dos 32" — como o senador José Richa (PMDB-PR) e a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) —, e mais peemedebistas como o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), e membros do Centrão como os deputados Gastone Righi (PTB-SP) e Luis Roberto Pontes (PMDB-RS). Contatos multilaterais serão mantidos até a segunda-feira, para que, na terça às 9h30, uma reunião já marcada



Centrão, 'Grupo dos 32' e cúpula do PMDB no gabinete de Virgílio Távora (PDS)

para a biblioteca da Câmara "bata o martelo" sobre o texto definitivo.

A maior divergência está, por enquanto, na redação a ser proposta para as disposições permanentes. O "Grupo dos 32" e setores liberais e de centro-esquerda do PMDB, a ele não vinculados, querem a retomada do que "stipulava, quase prosaicamente, o primeiro dos substitutivos do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM): "A relação de emprego é protegida contra dispensa imotivada, nos termos da lei."

No Centrão há basicamente duas propostas, consistindo a primeira em aceitar um texto igualmente vago,

condição necessária para descartar a "estabilidade absoluta" que o grupo suprapartidário acredita existir no anteprojeto da Comissão de Sistematização. A segunda proposta seria a de, já nas disposições permanentes, fixar o conceito de indenização, para que nenhuma lei complementar posterior contemple os assalariados com a impossibilidade de dispensa.

Ainda para o Centrão, só as disposições transitórias trariam uma maneira de calcular a indenização por dispensa imotivada. Suas divergências internas estão justamente neste cálculo: ou com base em determinado percentual do que o assalariado dispõe em seu Fundo de

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) — Gastone Righi quer o equivalente a 50%, enquanto Luis Roberto Pontes propõe 20% — ou então num cálculo que leve em conta o período em que o trabalhador esteja na empresa. Exemplo: indenização de um salário por cada ano de trabalho.

Outra questão pendente: a retroatividade com que o dispositivo seria aplicado nos contratos individuais de trabalho em vigor, antes da promulgação da nova Constituição. A tendência, ontem, era a de se fixar como prazo um ano. Se, por exemplo, o texto constitucional entrar em vigor em maio de 1988, o período para o cálculo das indenizações teria começado a correr em maio do ano passado.

No tabelado das negociações ainda em curso, o Centrão terá provavelmente que conceder o máximo em termos de disposições permanentes para que, nas provisórias, seja definitivamente descartada a aprovação de emenda do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), que calcula a indenização segundo o sistema que vigorou até 1965: um mês de salário até o nono ano, e o dobro a partir do décimo ano no emprego.

O PT, através de seu negociador, o deputado Paulo Renato Paim (RS), foi convocado apenas para a reunião de terça-feira, quando o fato talvez já esteja consumado, o mesmo valendo para o PCB e o PC do B. É uma maneira de obter um acordo "não global", que permita a uma maioria a aprovação, e a uma minoria apenas marcar posição e votar para perder. (JBN)

## Plenário fica vazio depois do adiamento da votação

Da Sucursal de Brasília

Esvaziada pelo adiamento da votação do Título II do projeto de Constituição — decidida em acordo das lideranças — a sessão de ontem do Congresso constituinte foi uma mistura de discursos folclóricos e de críticas à Igreja, ao governo, ao programa de "Marronzinho" e aos próprios parlamentares. A sessão foi iniciada às 9h, sob a presidência do deputado Jorge Arbage (PDS-PA), com a presença de 216 parlamentares na casa (25 no plenário). O quórum para votação é de 280 parlamentares.

Oitavo orador a ocupar a tribuna, o deputado Juarez Antunes (PDT-RJ) contou que dias antes havia sido agredido por Gilson Machado (PFL-PE) no momento em que tentava usar o microfone do plenário, para levantar uma questão de ordem. Como a mesa ainda não havia respondido à sua reclamação, Antunes perguntou "se seria preciso que saísse procurando seu agressor, que não conhece, para dar-lhe um soco no olho". Arbage respondeu que uma comissão estava estudando o assunto e em breve divulgaria os resultados.

'Festival de besteiras'

Maurílio Ferreira Lima (PMDB-

PE) afirmou em seu discurso que "é preciso colocar um basta, um ponto final neste festival de besteiras em que se transformaram os programas políticos", referindo-se ao programa do PSP, apresentado na véspera, em cadeia obrigatória de rádio e televisão. Brandão Monteiro (PDT-RJ) responsabilizou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) — "oriundo da ditadura" — pela exibição do programa.

Cristina Tavares (PMDB-PE) subiu à tribuna para atacar o Conin (Conselho Nacional de Informática e Automação), pela liberação de um "software" da Microsoft, para comercialização no Brasil. Antes, Ulysses Guimarães, presidindo a sessão, provocara aplausos do plenário à deputada, que retornava de um tratamento médico nos Estados Unidos.

Críticas

A sessão terminou às 11h25, após insistentes críticas de Brandão Monteiro, Octávio Eliseo (PMDB-MG) e Paulo Delgado (PT-MG) pela falta de quórum.

Eles diziam ter recebido telegramas, nos quais Ulysses Guimarães pedia que permanecessem em Brasília durante toda a semana, e no entanto não havia votações.

## Constituintes divergem até sobre etapas da negociação

Do enviado especial a Brasília

Os 55 minutos em que 31 dirigentes de bancadas partidárias e agrupamentos informais permaneceram, ontem, a partir das 9h, no gabinete do deputado Ulysses Guimarães bastaram para caracterizar os mais descontraídos pontos de vistas sobre a maneira de se dividir a semana entre períodos de conchavos e negociações.

O relativo impasse começou com a discussão em torno do que se faria justamente ontem, uma sexta-feira, dia tradicionalmente esvaziado por deputados e senadores retornam a seus Estados. Com o quórum emagrecido, Ulysses propôs que se aproveitasse a impossibilidade de votar para a retomada das negociações.

A idéia foi recebida de forma diferenciada, tanto dentro do Centrão quanto entre seus adversários. Entre os primeiros, o líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ), queria votar de qualquer maneira, com o que não concordavam Inocêncio Oliveira (PFL-PE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). Pelo outro lado, Mário Covas (PMDB-SP) concordou imediatamente com Ulysses, sendo contestado por Brandão Monteiro (PDT-RJ) e Haroldo Lima (PC do B-BA).

De qualquer modo, negociou-se, e muito. O Centrão e o "Grupo dos 32", este juntamente com a esquerda do PMDB, reuniram-se separadamente para discutirem as concessões possíveis ao artigo de garantias e direitos individuais. (JBN)

## Dropes

Pazzianotto — O ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, declarou ontem, em Florianópolis (SC), que não acredita em eleições presidenciais ainda este ano e se manifestou contrário a um racha do PMDB com o governo.